



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

05/11/2016 ATÉ 05/11/2016

INDÍCE

1	ANIVERSÁRIO DO TJMA	
	1.1 SITE O MARANHENSE.....	1
2	AÇÕES CORREGEDORIA	
	2.1 SITE O MARANHENSE.....	2
3	CORREGEDOR (A)	
	3.1 SITE O MARANHENSE.....	3
4	DECISÕES	
	4.1 BLOG DO CAIO HOSTÍLIO.....	4
5	DESEMBARGADOR	
	5.1 SITE O MARANHENSE.....	5
6	JUÍZES	
	6.1 BLOG GILBERTO LEDA.....	6
	6.2 BLOG LUÍS PABLO.....	7
7	VARA CRIMINAL	
	7.1 BLOG DO JURACI FILHO.....	8
	7.2 BLOG DO LINHARES.....	9
	7.3 BLOG DO MINARD.....	10
	7.4 BLOG FALANDO SÉRIO BACABAL.....	11
	7.5 BLOG GILBERTO LIMA.....	12 13 14
	7.6 BLOG JEISAEL.COM.....	15
	7.7 BLOG JORGE ARAGÃO.....	16
	7.8 BLOG MARCO DEÇA.....	17
	7.9 BLOG RAIMUNDO GARRONE.....	18
	7.10 BLOG ZECA SOARES.....	19
	7.11 SITE MARANHÃO DE VERDADE.....	20

Afinal, Flávio Dino não prometeu aumentar o efetivo da PMMA e agora os aprovados são dispensados?

05/11/2016 09:19:43

Uma das promessas do então candidato ao governo do Maranhão, Flávio Dino, em 2014, era aumentar o efetivo da Polícia Militar do Maranhão, isso nos seus quatro anos de mandato. Fez concursos e os aprovados felizes foram para a formação. E agora estão dispensando esses aprovados, após deixarem seus empregos e outras atividades para cumprir com a formação. Isso é um absurdo, pois estão achando que foram enganados. Veja o relato abaixo, encaminhado ao blog:

Boa noite Caio

Muitos aprovados no concurso da PMMA e após um longo tempo de treinamento estão indo para casa muito triste isso.

Caio, esses aí das fotos seriam os futuros PMMA que iam vestir farda com muito orgulho. Orgulho esse que governador Flávio Dino está querendo tirar desses pais de famílias que se dedicaram muito para ser um futuro policial...

E agora como está essas pessoas que deixam seus serviços e contraíram muitas contas com exames para que seus sonhos fossem realizados?

Aí chega esse governador e quer tirar seus sonhos.

Muitos não sabem o que fazer diante dessa situação.

Olha aí todos esses aí no curso já.. Em Timon... E tiveram muitos em outras cidades... Como Presidente Dutra... E Caxias... São Luís... etc.

Esse governador que tanto falou em aumentar o contingente da PMMA e agora está tirando o sonho de todos, através de uma justiça falsa, justiça que só olha o lado do governador, mas não olha o sonho de cada pai de família, que estudou e passou no concurso e estava completando o curso de formação.

Justiça aceita denúncia e Roseana Sarney virá ré

05/11/2016 08:53:33

A justiça aceitou, nesta sexta-feira (04), a denúncia do Ministério Público do Maranhão contra a ex-governadora Roseana Sarney e mais nove membros da organização criminosa que concederam compensações ilegais de débitos tributários com créditos de precatórios a empresas, causando prejuízo de R\$ 410 milhões aos cofres públicos.

Os réus da ação penal são o ex-secretário de Estado da Fazenda, Cláudio José Trinchão Santos; o ex-secretário de Estado da Fazenda e ex-secretário-adjunto da Administração Tributária, Akio Valente Wakiyama; o ex-diretor da Célula de Gestão da Ação Fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda, Raimundo José Rodrigues do Nascimento; o analista de sistemas Edimilson Santos Ahid Neto; o advogado Jorge Arturo Mendoza Reque Júnior; Euda Maria Lacerda; a ex-governadora do Maranhão, Roseana Sarney Murad; os ex-procuradores gerais do Estado, Marcos Alessandro Coutinho Passos Lobo e Helena Maria Cavalcanti Haickel; e o ex-procurador adjunto do Estado do Maranhão, Ricardo Gama Pestana.

A denúncia foi ajuizada pelo promotor de justiça Paulo Roberto Barbosa Ramos, no dia 21 de outubro. A juíza Cristiana de Sousa Ferraz Leire, respondendo pela 8ª Vara Criminal da Comarca da Ilha de São Luís, recebeu a denúncia, reconhecendo o preenchimento dos requisitos formais do Código de Processo Penal.

De acordo com o titular da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária e Econômica de São Luís, Paulo Roberto Barbosa Ramos, dentre as ações delituosas da organização criminosa que atuou no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), foram realizadas compensações tributárias ilegais, implantação de filtro no sistema da secretaria para garantir essas operações tributárias ilegais e fantasmas, reativação de parcelamento de débitos de empresas que nunca pagavam as parcelas devidas, exclusão indevida dos autos de infração de empresas do banco de dados e contratação irregular de empresa especializada na prestação de serviços de tecnologia da informação, com a finalidade de garantir a continuidade das práticas delituosas.

Roseana e os demais réus tem agora prazo de 10 dias para contestar as acusações do Ministério Público acolhidas pela Justiça.

PENAS

Para o crime de peculato a pena varia de 2 a 12 anos; para prevaricação, de 3 meses a 1 anos; de fraude à administração fazendária, de 1 a 4 anos; e de integrar organização criminosa, de 3 a 8 anos.

Roseana Sarney vira ré em processo que apura corrupção

05/11/2016 08:15:29

A ex-governadora Roseana Sarney é acusada pelo Ministério Público e pela Justiça de ter cometido 4 graves crimes pelos quais pode ser condenada a pelo menos 6 anos de prisão. O despacho da juíza Cristiana de Sousa Ferraz Leire, respondendo pela 8ª Vara Criminal da Comarca da Ilha de São Luís, acatando denúncia do Ministério Público do Maranhão (MPMA), aponta que Roseana cometeu os crimes de peculato, prevaricação, fraude à administração fazendária e participação em organização criminosa que gerou um desfalque de R\$ 410 milhões nos cofres públicos.

Um advogado ouvido pelo Blog explicou que para peculato a pena varia de 2 a 12 anos; para prevaricação, de 3 meses a 1 anos; de fraude à administração fazendária, de 1 a 4 anos; e de integrar organização criminosa, de 3 a 8 anos.

Roseana Sarney atribuiu a denúncia do MP a "perseguição política", mas não expôs concretamente de quem poderia ter partido a iniciativa. Em entrevista o Promotor Paulo Roberto Ramos classificou as denúncias de graves e sustentou a lisura técnica do processo.

Roseana e os demais réus tem agora prazo de 10 dias para contestar as acusações do Ministério Público acolhidas pela Justiça.

- Leia também:
- [Marcos Lobo fala sobre acusações do MP](#)
- [Promotoria acusa Roseana por rombo de R\\$ 400 milhões](#)
- [Parlamentares denunciam "estado policial" de Flávio Dino](#)

ACUSAÇÕES

A ex-governadora Roseana Sarney e outro ex-gestores são acusados de prática criminosa por provocar um rombo superior a R\$ 410 milhões nos cofres públicos. A denúncia do Ministério Público do Maranhão (MPMA) responsabiliza ela e outros ex-servidores pelo esquema fraudulento na Secretaria da Fazenda (Sefaz).

O Poder Judiciário aceitou, nesta sexta-feira, 4, a denúncia do Ministério Público do Maranhão contra os dez membros da organização criminosa que concederam compensações ilegais de débitos tributários com créditos de precatórios a empresas, causando prejuízo milionário aos cofres públicos.

Além de Roseana Sarney, os réus da ação penal são o ex-secretário de Estado da Fazenda, Cláudio José Trinchão Santos; o ex-secretário de Estado da Fazenda e ex-secretário-adjunto da Administração Tributária, Akio Valente Wakiyama; o ex-diretor da Célula de Gestão da Ação Fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda, Raimundo José Rodrigues do Nascimento; o analista de sistemas Edimilson Santos Ahid Neto; o advogado Jorge Arturo Mendoza Reque Júnior; Euda Maria Lacerda; os ex-procuradores gerais do Estado, Marcos Alessandro Coutinho Passos Lobo e Helena Maria Cavalcanti Haickel; e o ex-procurador adjunto do Estado do Maranhão, Ricardo Gama Pestana.

A denúncia foi ajuizada pelo promotor de justiça Paulo Roberto Barbosa Ramos, no dia 21 de outubro. A juíza Cristiana de Sousa Ferraz Leire, respondendo pela 8ª Vara Criminal da Comarca da Ilha de São Luís, recebeu a denúncia, reconhecendo o preenchimento dos requisitos formais do Código de Processo Penal.

De acordo com o titular da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária e Econômica de São Luís, Paulo Roberto Barbosa Ramos, dentre as ações delituosas da organização criminosa que atuou no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), foram realizadas compensações tributárias ilegais, implantação de filtro no sistema da secretaria para garantir essas operações tributárias ilegais e fantasmas, reativação de parcelamento de débitos de empresas que nunca pagavam as parcelas devidas, exclusão indevida dos autos de infração de empresas do banco de dados e contratação irregular de empresa especializada na prestação de serviços de tecnologia da informação, com a finalidade de garantir a continuidade das práticas delituosas.

Justiça aceita denúncia e Roseana Sarney e mais nove viram réus

05/11/2016 07:30:33

Roseana Sarney

O Poder Judiciário aceitou, nesta sexta-feira, 4, a denúncia do Ministério Público do Maranhão contra os dez membros da organização criminosa que concederam compensações ilegais de débitos tributários com créditos de precatórios a empresas, causando prejuízo milionário aos cofres públicos.

Os réus da ação penal são o ex-secretário de Estado da Fazenda, Cláudio José Trinchão Santos; o ex-secretário de Estado da Fazenda e ex-secretário-adjunto da Administração Tributária, Akio Valente Wakiyama; o ex-diretor da Célula de Gestão da Ação Fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda, Raimundo José Rodrigues do Nascimento; o analista de sistemas Edimilson Santos Ahid Neto; o advogado Jorge Arturo Mendoza Reque Júnior; Euda Maria Lacerda; a ex-governadora do Maranhão, Roseana Sarney Murad; os ex-procuradores gerais do Estado, Marcos Alessandro Coutinho Passos Lobo e Helena Maria Cavalcanti Haickel; e o ex-procurador adjunto do Estado do Maranhão, Ricardo Gama Pestana.

A denúncia foi ajuizada pelo promotor de justiça Paulo Roberto Barbosa Ramos, no dia 21 de outubro. A juíza Cristiana de Sousa Ferraz Leire, respondendo pela 8ª Vara Criminal da Comarca da Ilha de São Luís, recebeu a denúncia, reconhecendo o preenchimento dos requisitos formais do Código de Processo Penal.

De acordo com o titular da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária e Econômica de São Luís, Paulo Roberto Barbosa Ramos, dentre as ações delituosas da organização criminosa que atuou no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), foram realizadas compensações tributárias ilegais, implantação de filtro no sistema da secretaria para garantir essas operações tributárias ilegais e fantasmas, reativação de parcelamento de débitos de empresas que nunca pagavam as parcelas devidas, exclusão indevida dos autos de infração de empresas do banco de dados e contratação irregular de empresa especializada na prestação de serviços de tecnologia da informação, com a finalidade de garantir a continuidade das práticas delituosas.

O post [Justiça aceita denúncia e Roseana Sarney e mais nove viram réus](#) apareceu primeiro em [Blog do Minard](#).

MÁFIA DA SEFAZ: JUSTIÇA ACATA PEDIDO DO MP CONTRA ROSEANA SARNEY E MAIS NOVE PESSOAS

03/11/2016 23:00:00

A juíza Cristina de Souza Ferraz, que responde pela 8ª Vara Criminal da Comarca da Ilha de São Luís, acatou, nesta sexta-feira (04), a denúncia do Ministério Público contra a ex-governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PMDB), e mais nove pessoas envolvidas no esquema da "Máfia da Sefaz", fraude de concessão de isenções fiscais pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) a empresas que causou um rombo de R\$ 410 milhões aos cofres públicos.

Os réus da ação penal são o ex-secretário de Estado da Fazenda, Cláudio José Trinchão Santos; o ex-secretário de Estado da Fazenda e ex-secretário-adjunto da Administração Tributária, Akio Valente Wakiyama; o ex-diretor da Célula de Gestão da Ação Fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda, Raimundo José Rodrigues do Nascimento; o analista de sistemas Edimilson Santos Ahid Neto; o advogado Jorge Arturo Mendoza Reque Júnior; Euda Maria Lacerda; a ex-governadora do Maranhão, Roseana Sarney Murad; os ex-procuradores gerais do Estado, Marcos Alessandro Coutinho Passos Lobo e Helena Maria Cavalcanti Haickel; e o ex-procurador adjunto do Estado do Maranhão, Ricardo Gama Pestana.

A denúncia foi ajuizada pelo promotor de justiça Paulo Roberto Barbosa Ramos, no dia 21 de outubro. A juíza Cristiana de Sousa Ferraz Leire, respondendo pela 8ª Vara Criminal da Comarca da Ilha de São Luís, recebeu a denúncia, reconhecendo o preenchimento dos requisitos formais do Código de Processo Penal.

De acordo com o titular da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária e Econômica de São Luís, Paulo Roberto Barbosa Ramos, dentre as ações delituosas da organização criminosa que atuou no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), foram realizadas compensações tributárias ilegais, implantação de filtro no sistema da secretaria para garantir essas operações tributárias ilegais e fantasmas, reativação de

parcelamento de débitos de empresas que nunca pagavam as parcelas devidas, exclusão indevida dos autos de infração de empresas do banco de dados e contratação irregular de empresa especializada na prestação de serviços de tecnologia da informação, com a finalidade de garantir a continuidade das práticas delituosas.

O titular da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária e Econômica de São Luís, Paulo Roberto Barbosa Ramos, considera o grupo uma organização criminosa responsável pela realização de compensações tributárias ilegais, implantação de filtro no sistema da secretaria para garantir essas operações tributárias ilegais e fantasmas, reativação de parcelamento de débitos de empresas que nunca pagavam as parcelas devidas, exclusão indevida dos autos de infração de empresas do banco de dados e contratação irregular de empresa especializada na prestação de serviços de tecnologia da informação, com a finalidade de garantir a continuidade das práticas delituosas. Do Blog da Sílvia Tereza

Promotor citou acordo por decisão favorável da Justiça contra Roseana

05/11/2016 09:24:29

?

Uma declaração do promotor Paulo Roberto Barbosa Ramos, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária, chamou atenção dos mais atentos observadores durante coletiva à imprensa, na quinta-feira.

Autor da denúncia contra dez acusados de conceder compensações de créditos tributários ilegais a empresas - dentre eles a ex-governadora Roseana Sarney (PMDB) -, o membro do Ministério Público antecipou que a juíza Cristiana de Sousa Ferraz Leite, da 8ª Vara Criminal de São Luís, daria uma decisão ontem (4).

"Eu não disse que não fiz. Eu fiz. Eu só não quero antecipar, porque perde o sentido. Já que vai ser decidido na sexta, até por um o acordo que fiz com a juíza, então vou esperar a manifestação em respeito a ela", declarou.

O promotor não explicou de que tipo de acordo estava falando. Mas, de fato, na sexta-feira - segundo material distribuído pelo próprio MP - a juíza deu um despacho aceitando a denúncia, e transformando em réus todos os acusados.

Política

Outro dado curioso do caso diz respeito à nota oficial da ex-governadora Roseana Sarney.

No comunicado ela diz estar sendo atacada por "ambição política". Mas não explicitou do que falava quando se referiu a isso.

Um registro do site da Ufma, no entanto, pode ser a explicação. Na imagem abaixo, aparece o promotor Paulo Roberto Ramos ao lado do governador Flávio Dino (PCdoB), no Palácio dos Leões.

Ramos é professor da Ufma e foi até o comunista em setembro pedir apoio para um evento de Direito do qual ele é organizador.

Era provavelmente a isso que a peemedebista se referia...

Justiça aceita denúncia contra Roseana Sarney e outros nove membros de organização criminosa que atuava na Sefaz

04/11/2016 00:00:00

A juíza Cristiana de Sousa Ferraz Leire, respondendo pela 8ª Vara Criminal da Comarca da Ilha de São Luís, recebeu a denúncia, reconhecendo o preenchimento dos requisitos formais do Código de Processo Penal.

Os réus Roseana Sarney, Marcos Lobo e Cláudio Trinchão

O Poder Judiciário aceitou, nesta sexta-feira, 4, a denúncia do Ministério Público do Maranhão contra os dez membros da organização criminosa - a denominada Máfia da Sefaz - que concederam compensações ilegais de débitos tributários com créditos de precatórios a empresas, causando prejuízo milionário aos cofres públicos.

Os réus da ação penal são o ex-secretário de Estado da Fazenda, **Cláudio José Trinchão Santos**; o ex-secretário de Estado da Fazenda e ex-secretário-adjunto da Administração Tributária, **Akio Valente Wakiyama**; o ex-diretor da Célula de Gestão da Ação Fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda, **Raimundo José Rodrigues do Nascimento**; o analista de sistemas **Edimilson Santos Ahid Neto**; o advogado Jorge **Arturo Mendoza Reque Júnior**; **Euda Maria Lacerda**; a ex-governadora do Maranhão, **Roseana Sarney Murad**; os ex-procuradores gerais do Estado, **Marcos Alessandro Coutinho Passos Lobo** e **Helena Maria Cavalcanti Haickel**; e o ex-procurador adjunto do Estado do Maranhão, **Ricardo Gama Pestana**.

A [denúncia](#) foi ajuizada pelo promotor de justiça Paulo Roberto Barbosa Ramos, no dia 21 de outubro. A juíza Cristiana de Sousa Ferraz Leire, respondendo pela 8ª Vara Criminal da Comarca da Ilha de São Luís, recebeu a denúncia, reconhecendo o preenchimento dos requisitos formais do Código de Processo Penal.

De acordo com o titular da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária e Econômica de São Luís, Paulo Roberto Barbosa Ramos, dentre as ações delituosas da organização criminosa que atuou no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), foram realizadas compensações tributárias ilegais, implantação de filtro no sistema da secretaria para garantir essas operações tributárias ilegais e fantasmas, reativação de parcelamento de débitos de empresas que nunca pagavam as parcelas devidas, exclusão indevida dos autos de infração de empresas do banco de dados e contratação irregular de empresa especializada na prestação de serviços de tecnologia da informação, com a finalidade de garantir a continuidade das práticas delituosas.

Segundo a denúncia do Ministério Público Estadual, o grupo promoveu ações no sentido de favorecer empresas em compensações tributárias indevidas de créditos tributários com créditos não-tributários com lavagem de dinheiro no valor R\$ 307.165.795,49 (trezentos e sete milhões,

cento e sessenta e cinco mil, setecentos e noventa e cinco reais e quarenta e nove centavos).

O Globo destaca que Justiça do Maranhão aceita denúncia contra Roseana Sarney

05/11/2016 00:00:00

Governadora é acusada de causar prejuízo de mais de R\$ 410 milhões aos cofres públicos

POR O GLOBO

RIO - A Justiça do Maranhão aceitou denúncia do Ministério Público contra a ex-governadora Roseana Sarney e outras dez pessoas por causar prejuízo de mais de R\$ 410 milhões aos cofres públicos em esquema fraudulento de concessão de isenções fiscais pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) a empresas.

A juíza Cristiana de Sousa Ferraz Leire, da 8ª Vara Criminal da Comarca de São Luís, aponta que Roseana cometeu os crimes de peculato, prevaricação, fraude à administração fazendária e participação em organização criminosa.

Na quarta-feira, quando o MP divulgou a denúncia, a assessoria de imprensa da ex-governadora negou irregularidades e informou que "todos foram pegos de surpresa", que seus advogados ainda estão tomando conhecimento sobre a denúncia e que Roseana está tranquila. "Em todas as decisões tomadas em benefício do Estado, a ex-governadora agiu com respeito às leis, sempre orientada pela Procuradoria Geral do Estado do Maranhão", informou em nota a porta-voz de Roseana.

Na denúncia, o titular da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária e Econômica de São Luís, Paulo Roberto Barbosa Ramos, chama o grupo de organização criminosa e diz que ele realizou compensações tributárias ilegais, implantação de filtro no sistema da secretaria para garantir essas operações tributárias ilegais e fantasmas, reativação de parcelamento de débitos de empresas que nunca pagavam as parcelas devidas, exclusão indevida dos autos de infração de empresas do banco de dados e contratação irregular de empresa especializada na prestação de serviços de tecnologia da informação, com a finalidade de garantir a continuidade das práticas criminosas.

"O modus operandi da organização criminosa envolvia um esquema complexo, revestido de falsa legalidade baseada em acordos judiciais que reconheciam a possibilidade da compensação de débitos tributários (ICMS) com créditos não tributários (oriundos de precatórios ou outro mecanismo que não o recolhimento de tributos). Não bastasse isso, em diversas ocasiões, foi implantado um filtro para mascarar compensações realizadas muito acima dos valores decorrentes de acordo homologado judicialmente", escreveu o promotor de justiça na denúncia.

Também foram denunciados o ex-secretário de Estado da Fazenda, Cláudio José Trinchão Santos; o ex-secretário

de Estado da Fazenda e ex-secretário-adjunto da Administração Tributária, Akio Valente Wakiyama; o ex-diretor da Célula de Gestão da Ação Fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda, Raimundo José Rodrigues do Nascimento; o analista de sistemas Edimilson Santos Ahid Neto; o advogado Jorge Arturo Mendoza Reque Júnior; Euda Maria Lacerda; os ex-procuradores gerais do Estado, Marcos Alessandro Coutinho Passos Lobo e Helena Maria Cavalcanti Haickel; e o ex-procurador adjunto do Estado do Maranhão, Ricardo Gama Pestana.

Na denúncia, o promotor destacou, ainda, que os gestores do período de 14 de abril de 2009 a 31 de dezembro de 2014 ignoraram os procedimentos administrativos característicos da administração pública ou simplesmente deram sumiço a eles após praticarem seus crimes.

"Para consolidar a sangria dos cofres públicos sem gerar qualquer suspeita, os secretários da Fazenda deixaram de aprimorar o sistema de tecnologia da informação da Sefaz, permitindo aos membros da organização criminosa reativar frequentemente parcelamento de débitos de empresas que nunca pagavam as parcelas devidas e, ao mesmo tempo, excluir indevidamente autos de infração do banco de dados, acarretando ainda mais prejuízos aos cofres públicos em proveito próprio e de terceiros", afirmou o membro do MP.

UOL também destaca que Roseana Sarney vira ré por rombo de R\$ 410 milhões na Sefaz; é segunda denúncia contra ela este ano

05/11/2016 00:00:00

Carlos Madeiro

Colaboração para o UOL, em Maceió

A juíza Cristiana de Sousa Ferraz Leire, da 8ª Vara Criminal de São Luís, recebeu, nesta sexta-feira (4), a denúncia do Ministério Público do Maranhão contra os 10 acusados de integrar uma organização criminosa de operações fiscais fantasmas e créditos de precatórios ilegais dados a empresas no Estado.

Entre os agora réus está a ex-senadora e ex-governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PMDB). [Ela teria sido uma das responsáveis pelo esquema que causou um rombo de R\\$ 410 milhões aos cofres públicos.](#)

A denúncia foi feita pelo promotor Paulo Roberto Barbosa Ramos no último dia 21 de outubro. Entre os réus também estão dois ex-secretários da Fazenda e dois ex-procuradores gerais do Estado.

Segundo a denúncia, o rombo foi causado por meio de um esquema fraudulento de concessão de isenções fiscais, que chegou a dar um rombo de R\$ 410 milhões.

Segundo o promotor, as isenções eram "revestidas de falsa legalidade baseada em acordos judiciais que reconheciam a possibilidade da compensação de débitos tributários (ICMS) com créditos não tributários oriundos de precatórios ou outro mecanismo que não o recolhimento de tributos".

Ainda segundo a denúncia, o grupo atuou com "o decisivo" apoio de Roseana, "em virtude de ter autorizado acordos judiciais baseados em pareceres ilegais dos procuradores-gerais do Estado por ela nomeados e ainda por ter nomeado para cargos em comissão 26 terceirizados da empresa Linuxell, para que desempenhassem na Secretaria da Fazenda as mesmas funções para as quais estava contratada outra empresa."

"Foram realizadas compensações tributárias ilegais, implantação de filtro no sistema da secretaria para garantir essas operações tributárias ilegais e fantasmas, reativação de parcelamento de débitos de empresas que nunca pagavam as parcelas devidas, exclusão indevida dos autos de infração de empresas do banco de dados e contratação irregular de empresa especializada na prestação de serviços de tecnologia da informação, com a finalidade de garantir a continuidade das práticas delituosas", diz o MP.

Em nota, a ex-governadora disse que tem "absoluta convicção de que todos os meus atos foram tomados dentro da mais absoluta legalidade."

"Não houve qualquer ato meu que não tivesse o parecer da Procuradoria-Geral do Estado do Maranhão, que deve ser o trâmite normal de um governador. Todos os atos foram dentro das muitas funções que cabem ao líder do Executivo, sem parcialidade ou intenções pessoais. Vejo o modo como se deu esta ação e sua divulgação com uma clara intenção política. Não imaginei que a ambição política no Maranhão chegasse a esse ponto, de atacar covardemente e denegrir adversários. Nunca tive essa postura em minha vida pública", finaliza a nota.

Segunda denúncia

Essa é a segunda denúncia que a Justiça do Maranhão acolhe contra Roseana este ano. [Em maio, ela virou ré por supostamente integrar uma organização criminosa de fraude em licitação e desvio de recursos para construção e reforma de hospitais no Maranhão.](#)

Justiça acata denúncia do MP que acusa Roseana de participação em esquema que desviou 1 bilhão na Sefaz

05/11/2016 09:40:48

Em decisão anunciada na última sexta-feira (5), a Justiça decidiu aceitar a denúncia do Ministério Público sobre a existência de um esquema na Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz), durante a gestão da ex-governadora Roseana Sarney, de concessões isenções fiscais irregulares. Entre os investigados estão, além da própria ex-governadora, o ex-secretário da Sefaz, Cláudio Trinchão.

O pedido do MP foi acatado pela juíza Cristiana de Sousa Ferraz Leite, da 8ª Vara Criminal da Ilha de São Luís.

No despacho da magistrada, Roseana é acusada pelos crimes de peculato, prevaricação, fraude à administração fazendária e participação em organização criminosa. Os arrolados deverão ser citados no prazo de 10 dias para apresentar defesa.

Segundo o promotor Paulo Roberto Barbosa Ramos, entre os anos de 2004 e 2009, o Governo do Maranhão concedeu isenções fiscais a mais de 190 empresas, sem qualquer tipo de critério. Dentre essas ações delituosas foram realizadas compensações tributárias ilegais, implantação de filtro para mascarar as operações fantasmas, exclusão de autos de infração, reativação de parcelas nunca antes pagas e também a contratação de uma empresa especializada em tecnologia para mascarar os delitos e assim garantir a continuidade dos crimes.

Justiça aceita denúncia contra ex-governadora Roseana e mais dez

05/11/2016 08:33:14

A Justiça aceitou denúncia do Ministério Público do Maranhão contra a ex-governadora Roseana Sarney e outras dez pessoas por suposto esquema fraudulento de concessão de isenções fiscais pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) a empresas, que causou um prejuízo de R\$ 410 milhões aos cofres públicos.

O despacho da juíza Cristiana de Sousa Ferraz Leire, da 8ª Vara Criminal da Comarca de São Luís, aponta que Roseana cometeu os crimes de peculato, prevaricação, fraude à administração fazendária e participação em organização criminosa.

Entre os denunciados estão ex-gestores, servidores públicos e outros envolvidos em práticas criminosas como o ex-secretário de Estado da Fazenda, Cláudio José Trinchão Santos; o ex-secretário de Estado da Fazenda e ex-secretário-adjunto da Administração Tributária, Akio Valente Wakiyama; o ex-diretor da Célula de Gestão da Ação Fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda, Raimundo José Rodrigues do Nascimento; o analista de sistemas Edimilson Santos Ahid Neto; o advogado Jorge Arturo Mendoza Reque Júnior; Euda Maria Lacerda; os ex-procuradores gerais do Estado, Marcos Alessandro Coutinho Passos Lobo e Helena Maria Cavalcanti Haickel; e o ex-procurador adjunto do Estado do Maranhão, Ricardo Gama Pestana.

Ao G1 Roseana Sarney informou que não houve qualquer ato que não tivesse o parecer da Procuradoria-Geral do Estado do Maranhão. "Tenho absoluta convicção de que todos os meus atos foram tomados dentro da mais absoluta legalidade. Não houve qualquer ato meu que não tivesse o parecer da Procuradoria-Geral do Estado do Maranhão, que deve ser o trâmite normal de um governador. Todos os atos foram dentro das muitas funções que cabem ao líder do Executivo, sem parcialidade ou intenções pessoais. Vejo o modo como se deu esta ação e sua divulgação com uma clara intenção política. Não imaginei que a ambição política no Maranhão chegasse a esse ponto, de atacar covardemente e denegrir adversários. Nunca tive essa postura em minha vida pública.", afirmou.

[Clique aqui e continue lendo](#)

Fala de promotor compromete juíza no Caso Sefaz

04/11/2016 22:59:15

Promotor Paulo Roberto Barbosa Ramos

O promotor Paulo Roberto Barbosa Ramos, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária, falou em entrevista coletiva à imprensa que firmou acordo com a juíza Cristiana de Sousa Ferraz Leite, da 8ª Vara Criminal de São Luís, para deferir medidas cautelares, dentre as quais pedidos de prisão e bloqueio de bens das pessoas que foram denúncias no caso da suposta fraude na concessão de isenções fiscais pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz).

Os envolvidos na ação do promotor são a ex-governadora Roseana Sarney, Cláudio Trinchão (Ex-secretário da Sefaz), Akio Wakiyama (Também ex-secretário da Sefaz e ex-secretário da Administração Tributária), Raimundo José Rodrigues (Ex-diretor da Célula de Gestão da Ação Fiscal da Fazenda), Edimilson Santos Ahid Neto (Analista de Sistemas), Euda Maria Lacerda e os ex-procuradores-gerais do Estado, Marcos Alessandro Coutinho Passos Lobo, Helena Maria Cavalcanti Haickel; e o ex-procurador adjunto do Estado, Ricardo Gama Pestana.

Paulo Roberto disse: ***"eu não disse que não fiz. Eu fiz. Eu só não quero antecipar, porque perde o sentido. Já que vai ser decidido na sexta, até por um o acordo que fiz com a juíza, então vou esperar a manifestação em respeito a ela."***

A declaração do promotor compromete da juíza. Alias, a sua fala é tão ofensiva a magistrada quanto ao próprio Poder Judiciário. Como todos sabem, a Justiça deve ser imparcial e a juíza Cristiana de Sousa deve decidir conforme a lei e não através de acordo, como revelou o promotor Paulo Roberto.

Veja abaixo o que disse o promotor à imprensa:

O comprometimento do promotor no caso Sefaz?

05/11/2016 12:00:47

Paulo Roberto Ramos tem estreitas ligações com o governador Flávio Dino e deu declarações comprometedoras sobre a juíza que irá analisar o caso, o que, por si só, já tira a isenção da investigação

Promotor Paulo Roberto: proximidade com Flávio Dino

Não há nenhuma suspeição em relação à conduta do promotor de Justiça Paulo Roberto Barbosa Ramos.

Mas a série de fatos interligados no caso envolvendo a investigação do suposto desvio de R\$ 400 milhões da Receita Estadual põe, sim, dúvidas em relação ao objetivo da ação.

E não é este blog quem põe esta suspeição, mas agentes públicos de respeitável conduta, como o procurador de estado Valdenio Caminha e o advogado Marcos Coutinho Lobo.

Paulo Roberto não pode negar sua estreita ligação com o governador Flávio Dino (PCdoB), de quem foi colega no corpo docente da Ufma e a quem pode ajuda para seus projetos.

Além disso, a declaração do promotor sobre a juíza que vai julgar o caso é grave do ponto de vista da antecipação do julgamento do caso. [\(Saiba aqui\)](#)

Para Valdenio Caminha, a ação do promotor visa apenas "execrar Roseana Sarney " na opinião públicas às vésperas do início de um processo eleitoral estadual. [\(Releia aqui\)](#)

Marcos Lobo classificou as acusações de "no mínimo estranhas".

Há, portanto, um altíssimo grau de comprometimento do promotor na condução do caso.

E isso ninguém pode negar...

Pela 2ª vez Roseana é acusada de integrar organização criminosa que saqueou cofres públicos

05/11/2016 00:19:42

Roseana Sarney mais uma vez é acusada de integrar organização criminosa para saquear os cofres públicos

Esta é a segunda vez que a Justiça do Maranhão acolhe denúncia contra a ex-governadora Roseana Sarney por integrar uma organização criminosa montada para desviar recursos milionários dos cofres públicos.

Em maio deste ano, o juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, da 7ª Vara criminal de São Luís, aceitou denúncia do Ministério Público contra ela, o cunhado Ricardo Murad e mais 14 pessoas, acusados de fazerem parte de uma outra organização criminosa que fraudou licitações e desviou verbas para construção e reformas de hospitais (Leia [Aqui](#))

Seis meses depois, a ex-governadora é novamente acusada de participar de participar de uma organização criminosa, desta vez para desviar recursos públicos através de compensações ilegais de débitos tributários com créditos de precatórios, em um esquema montado na Secretaria de Estado da Fazenda, que causou um rombo de R\$ 410 milhões.

A juíza Cristina de Sousa Ferraz Leite, respondendo pela 8ª Vara Criminal de São Luís, recebeu a denúncia do Ministério Público contra Roseana e mais nove pessoas, dentre elas, o ex-secretário da Fazenda, Cláudio Trinchão e os ex-procuradores gerais do Estado, Marcos Lobo e Helena Haickel. (Leia [Aqui](#))

Em ambos os casos, a ex-governadora disse que agiu dentro da lei e classificou as denúncias como perseguição política.

Os acusados tem dez dias para responder às acusações feitas pelo MP.

Justiça aceita denúncia contra Roseana

04/11/2016 23:00:14

Ex-governadora Roseana Sarney (PMDB)

A Justiça aceitou denúncia do Ministério Público do Maranhão contra a ex-governadora Roseana Sarney e outras dez pessoas por suposto esquema fraudulento de concessão de isenções fiscais pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) a empresas, que causou um prejuízo de R\$ 410 milhões aos cofres públicos.

O despacho da juíza Cristiana de Sousa Ferraz Leire, da 8ª Vara Criminal da Comarca de São Luís, aponta que Roseana cometeu os crimes de peculato, prevaricação, fraude à administração fazendária e participação em organização criminosa.

Entre os denunciados estão ex-gestores, servidores públicos e outros envolvidos em práticas criminosas como o ex-secretário de Estado da Fazenda, Cláudio José Trinchão Santos; o ex-secretário de Estado da Fazenda e ex-secretário-adjunto da Administração Tributária, Akio Valente Wakiyama; o ex-diretor da Célula de Gestão da Ação Fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda, Raimundo José Rodrigues do Nascimento; o analista de sistemas Edimilson Santos Ahid Neto; o advogado Jorge Arturo Mendoza Reque Júnior; Euda Maria Lacerda; os ex-procuradores gerais do Estado, Marcos Alessandro Coutinho Passos Lobo e Helena Maria Cavalcanti Haickel; e o ex-procurador adjunto do Estado do Maranhão, Ricardo Gama Pestana.

Ao **G1** Roseana Sarney informou que não houve qualquer ato que não tivesse o parecer da Procuradoria-Geral do Estado do Maranhão. "Tenho absoluta convicção de que todos os meus atos foram tomados dentro da mais absoluta legalidade. Não houve qualquer ato meu que não tivesse o parecer da Procuradoria-Geral do Estado do Maranhão, que deve ser o trâmite normal de um governador. Todos os atos foram dentro das muitas funções que cabem ao líder do Executivo, sem parcialidade ou intenções pessoais. Vejo o modo como se deu esta ação e sua divulgação com uma clara intenção política. Não imaginei que a ambição política no Maranhão chegasse a esse ponto, de atacar covardemente e denegrir adversários. Nunca tive essa postura em minha vida pública.", afirmou.

[Leia mais](#)

O post [Justiça aceita denúncia contra Roseana](#) apareceu primeiro em [Zeca Soares](#).

Justiça aceita denúncia contra membros de organização criminosa que atuava na Sefaz

05/11/2016 09:10:59

O Poder Judiciário aceitou, nesta sexta-feira, 4, a denúncia do Ministério Público do Maranhão contra os dez membros da organização criminosa que concederam compensações ilegais de débitos tributários com créditos de precatórios a empresas, causando prejuízo milionário aos cofres públicos. LEIA TAMBÉM: Vice-presidente nacional do PHS e membros de organização criminosa que atuava na Sefaz são denunciados & Promotor ...
[Continue lendo "Justiça aceita denúncia contra membros de organização criminosa que atuava na Sefaz"](#)

Entrega de medalhas marca aniversário dos 203 anos do TJMA

05/11/2016 08:00:58

Em comemoração aos 203 anos de instalação, o Tribunal de Justiça do Maranhão realizou sessão solene nesta sexta-feira (4), com a entrega de Medalhas para magistrados, servidores, autoridades e personalidades públicas que prestaram relevantes serviços à Justiça. Instalado em 4 de novembro de 1813, o TJMA do Maranhão é o terceiro tribunal mais antigo do Brasil, antecedido pelas Cortes da Bahia (1609) e Rio de Janeiro (1751).

O presidente do Tribunal, desembargador Cleones Cunha, ressaltou os desafios enfrentados pelo órgão ao longo dos anos, frisando os novos que se apresentam nos dias de hoje, decorrentes do cenário econômico do país e das limitações orçamentárias. Ele assinalou o papel da magistratura na concretização dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, inclusive no restabelecimento da confiança popular na Justiça.

"Precisamos reafirmar o comprometimento com o dever de servir à Justiça - que é tão essencial à Democracia, mas essencialíssimo para garantia dos direitos do nosso povo", enfatizou.

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, também observou a evolução da Justiça maranhense ao longo da história, atuando hoje com magistrados preparados que buscam garantir o cumprimento da lei em favor do povo. "O Judiciário é a última esperança do cidadão em ver seus direitos assegurados", disse.

MEDALHAS - Durante a solenidade, a Corte prestou homenagens com a concessão da 'Medalha dos Bons Serviços Desembargador Bento Moreira Lima' a magistrados que completam dez, vinte ou trinta anos de prestação de serviços; e com a Medalha do Mérito Judiciário Antonio Rodrigues Vellozo, concedida a personalidades que tenham prestado relevantes serviços à Justiça.

Foram agraciados com a medalha Bento Moreira Lima na categoria bronze (10 anos) os juízes Ana Lucrécia Sodré Reis; Ângelo Antonio Alencar; Denise Pedrosa; Edmilson da Costa Lima; Fernando Jorge Pereira; Josane Araujo Braga; Luciany Cristina Miranda; Marcelo Fontenele Vieira; Paulo de Assis Ribeiro; Pedro Henrique Holanda e Ticiany Gedeon Palácio. Na categoria ouro (30 anos), foram homenageados os desembargadores Ângela Salazar; Cleones Cunha; José Luiz Almeida e Raimundo Barros.

A Medalha Antonio Rodrigues Vellozo foi entregue ao presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça do Brasil, desembargador Pedro Carlos Marcondes; ao presidente do TJ do Paraná, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos; aos desembargadores Frederico Ricardo Neves (TJPE), Carlos Teixeira Leite (TJSP) e Ricardo Henry Marques Dip (TJSP); à reitora da Universidade Federal do Maranhão, Nair Portela; ao arcebispo da Arquidiocese de São Luís, Reverendo Dom Belizário; ao procurador chefe da Procuradoria da República do Maranhão, Juraci Guimarães Junior; ao procurador da República no Maranhão, José Raimundo Leite Filho; ao procurador da República junto ao TCU, Paulo Soares Bugarin; ao reitor da Universidade Ceuma, professor Saulo Henrique Matos Martins; ao vice-reitor da UFMA, professor Fernando Carvalho Silva; ao secretário

estadual de Segurança Pública, Jefferson Portela; ao chefe do Gabinete Militar do Governo do Maranhão, tenente-coronel Silvio Carlos Leite Mesquita; aos advogados Ana Maria Dias Vieira, Benetino Clementino de Sousa e Marlon Reis; às funcionárias do TJMA Maria de Fátima Pereira Cardoso e Tânia Leonor Chung Delgado; e às personalidades Mauro Fecury, Parmênio Mesquita de Carvalho e Terezinha do Menino Jesus Coelho Leal. O presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça do Brasil e desembargador do TJMG, Pedro Carlos Marcondes, falou em nome dos homenageados e ressaltou o momento difícil vivido pelo país, exigindo da sociedade posturas de colaboração, defesa e resistência às medidas apresentadas pelo poder político, algumas que podem dificultar ou inviabilizar a gestão do Poder Judiciário.

"Em momentos de transposição de crise, a história nos mostra que somente um Judiciário forte e independente é capaz de garantir a integridade dos pilares que regem nosso Estado Democrático de Direito, a duras penas conquistado", alertou.

HISTÓRIA - Desde a sua instalação, a Justiça maranhense recebeu diversas terminologias, que evoluíram juntamente com as Constituições. Nasceu como "Tribunal da Relação do Maranhão", criado pela resolução do Rei D. João VI, de Portugal, em 1811, que jurisdicionava do Ceará ao Amazonas, e extinto com a proclamação da República, em 1889. Depois, recebeu os títulos de "Superior Tribunal de Justiça" (1891); "Corte de Apelação" (1934); "Tribunal de Apelação" (1937) e finalmente "Tribunal de Justiça", a partir de 1947.

O desembargador Paulo Velten, em discurso de saudação pelos 203 anos do TJMA, colocou os dados históricos que representam a evolução do órgão, passando por períodos como o absolutista, imperial e republicano, e alcançando a nova ordem constitucional, mais voltada à cidadania. Ele ressaltou que o Tribunal de hoje exerce a função de colaborador na tarefa de produção e instituição do Direito, atuando com independência e imparcialidade enquanto instância de controle dos demais Poderes.

Velten destacou ainda a produtividade dos magistrados maranhenses, assim como a atuação em benefício de direitos sociais, como decisões que determinam o custeio de tratamentos médicos, concedem reparações e reconhecem direitos como familiares, tributários, educacionais, quilombolas, entre outros.

"Para estarmos à altura desse desafio, devemos continuar atuando para que o resultado da nossa interpretação seja consistente, racional e fundamentado e para que não corramos o risco de converter uma vantagem democrática em eventual risco para a democracia.", avaliou.

Além do presidente do TJMA, participaram da mesa de honra da solenidade o governador do Estado em exercício, deputado estadual Humberto Coutinho; o presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça, desembargador Pedro Carlos Marcondes, o presidente do TJPR, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos; o presidente do TCE-MA, conselheiro Jorge Kinkings Pavão; o arcebispo da Arquidiocese de São Luís, Dom Belizário; o procurador geral de Justiça, Luis Gonzaga Martins Coelho; o presidente do OAB-MA, Thiago Roberto Moraes Diaz; o presidente em exercício da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Marcelo Moreira; o defensor público do Estado, Werther Lima; e o procurador geral do Estado, Rodrigo Maia.

POSTLINK%%

Corregedoria vai padronizar procedimento de medidas aplicáveis a pessoas com transtornos mentais

04/11/2016 23:30:45

Em atenção à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o juiz Fernando Mendonça, titular da 2ª Vara de Execuções Penais (VEP), apresentou à corregedora-geral, desembargadora Anildes Cruz, o modelo de fluxograma processual das medidas terapêuticas em execução penal, nos casos de incidentes de insanidade mental detectados no sistema prisional do Estado do Maranhão.

O desembargador Froz Sobrinho, coordenador da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), também acompanhou a apresentação do fluxograma durante reunião realizada nessa quinta, dia 03.

O trabalho detalha todos os procedimentos e medidas judiciais aplicáveis aos casos de incidente de insanidade mental detectados pela Rede de Atenção Psicossocial, que dão suporte às decisões judiciais.

O modelo apresentado aos desembargadores foi concebido a partir de uma articulação com os órgãos e unidades que integram a rede de atenção à saúde de apenados. Dentre eles, o Ministério Público (MPMA), Defensoria Pública (DPE), Hospital Nina Rodrigues, Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), Departamento Estadual de Saúde Mental, e Núcleo de Perícias Psiquiátricas do Estado do Maranhão.

A corregedora elogiou o trabalho desenvolvido pelo juiz da 2ª VEP e pela UMF, que objetiva realinhar e otimizar o fluxo de aplicação de medidas terapêuticas a presos com incidente de insanidade mental. "O alcance e a importância dessas medidas se concretizam na plena prestação jurisdicional à sociedade, na medida em que a CGJ vai orientar os magistrados com um procedimento padrão", ressaltou a desembargadora corregedora.

Segundo o desembargador Froz Sobrinho, a partir desse fluxo é possível otimizar os procedimentos para atendimento de pessoas internadas com base em incidente insanidade mental, inclusive, com a cooperação da família.

O modelo apresentado será convertido em formato de cartilha e servirá como manual de instrução para uso dos magistrados em processos judiciais que envolvem incidentes de insanidade mental, e que envolvam custodiados do sistema prisional portadores de transtornos de ordem mental.

O juiz Fernando Mendonça, destacou ainda, que a partir desse trabalho será viabilizado um termo de cooperação com as instituições envolvidas. "Estamos sugerindo um modelo de procedimentos para utilização

pelos juizes da Execucao Penal, que concede atencao integral a pessoa com transtorno mental em conflito com a lei, envolvendo toda a rede de protecao, a familia do paciente e a sociedade", finalizou o titular da 2ª VEP. Participaram da reuniao, o juiz auxiliar da corregedoria, Gladiston Cutrim (Planejamento Estrategico), Gustavo Adriano Campos (diretor da Secretaria da CGJ) e o coordenador executivo da UMF, Ariston Apoliano Junior.

POSTLINK%%

Corregedoria assina termo que autoriza a integração de sistemas de informações criminais

04/11/2016 23:59:32

A corregedora-geral da Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, assinou na manhã desta quinta-feira (03) o Termo de Cooperação Técnica para integração de sistemas que tratam de informações criminais, para acesso entre gestores públicos em banco de dados. O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, e representantes do Ministério Público do Maranhão (MPMA), Secretarias de Estado do Governo, Segurança Pública, Administração Penitenciária e o Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão (Detran), também assinaram o documento.

A corregedora Anildes Cruz ressaltou que o termo é o resultado do esforço conjunto entre o Poder Judiciário, órgãos de segurança do Estado, e demais instituições envolvidas, para o combate à criminalidade e agilidade processual. "O Sistema de Segurança do Estado entra em um novo momento a partir de agora, com mais eficiência, agilidade e segurança na tomada de decisões", assinalou a desembargadora corregedora.

O presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, destacou a importância da parceria entre os órgãos. "A assinatura do termo de cooperação representa um avanço para administração pública estadual e trará bons frutos no campo institucional", afirmou.

O procurador geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coêlho, por sua vez, afirmou que a integração dos sistemas vai trazer um avanço gigantesco na prestação de serviços.

Para o desembargador Froz Sobrinho, coordenador da Unidade de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do TJMA, a maior vantagem é segurança da informação, que vai possibilitar ao juiz identificar a pessoa que está sendo processada e as outras provas que existem no processo de maneira mais rápida.

"A partir desse convênio, o juiz poderá acessar documentos no próprio órgão de origem. Ele poderá consultar informações na fonte, sendo desnecessário o envio de ofícios para que o documento seja encaminhado", explicou.

De acordo com o secretário de Estado de Segurança Pública, Jefferson Portela, a assinatura do termo fortalece o relacionamento entre os órgãos e entidades públicas. "Essa visão compartilhada do problema contribui positivamente para a administração pública com todos marchando no mesmo tom", frisou.

O secretário de Estado de Governo, Antonio Nunes, destacou que a utilização de um sistema unificado de informações, com o uso da tecnologia, resolve problemas internos e permite uma melhor prestação de serviços à sociedade.

SEGURANÇA - Existem atualmente no Estado do Maranhão diversos sistemas de base de dados que tratam de informações criminais e de execuções penais. O projeto de integração dos sistemas com repositório único possibilitará a gestão integrada das bases de dados existentes, evitando duplicidade de informações, confronto e veracidade dos dados, garantindo maior segurança.

METODOLOGIA - Para implantar o programa, será criada uma comissão de gestores dos órgãos e um grupo de trabalho técnico para definir um padrão de protocolo de troca de informações a ser utilizado na implementação dos serviços web. As secretarias de Governo e Adjunta de Tecnologia da Informação (Segov/Seati) serão responsáveis pelo desenvolvimento da aplicação de integração dos dados e hospedagem em um servidor de alta performance de processamento.

Participaram do ato de assinatura do termo a diretora-geral do Detran, Larissa Abdala Britto; o delegado-geral da Polícia Civil do Estado do Maranhão, Lawrence Melo; o secretário-adjunto da Seati, Marcio Fraga; o promotor de Justiça, Cláudio Cabral; a sub-secretária da Sejap, Ana Luísa Falcão; os diretores do TJMA, juíza Isabella Lago (Geral) e Paulo Rocha Neto (Informática), o juiz Fernando Mendonça (2ª Vara de Execuções Penais) e o coordenador executivo da UMF, Ariston Apoliano.

POSTLINK%%

Desembargador Raimundo Barros reconhecido pelos 30 anos de magistratura

05/11/2016 06:00:45

O desembargador Raimundo Barros, corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, foi condecorado nesta sexta-feira, 4 de novembro, pelo Tribunal de Justiça com a Medalha dos Bons Serviços Bento Moreira Lima, categoria Ouro, pelos 30 anos de magistratura. Junto com ele, também foram condecorados, na mesma categoria, os desembargadores Cleones Cunha (presidente do TJMA), Marcelo Carvalho, José Luiz Oliveira e Ângela Salazar.

A entrega ocorreu durante solenidade em comemoração aos 203 anos do TJMA, em que outros magistrados, servidores, autoridades e personalidades também receberam Medalhas por contribuírem com a Justiça (arquivo PDF). As demais Medalhas entregues foram dos "Bons Serviços Bento Moreira Lima", categoria Bronze (10 anos), "Especial do Mérito Cândido Mendes" (concedida a desembargadores, governadores, ministros de tribunais superiores, ministros de Estado, senadores e presidente da República) e do "Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo" (que é concedida a magistrados, servidores, membros do Ministério Público, advogados, deputados estaduais e federais, serventuários ou outras personalidades de comprovada idoneidade moral e reconhecido merecimento, aferido pela prática de atos ou serviços relevantes em favor do Poder Judiciário).

Raimundo José Barros de Sousa foi eleito desembargador do TJMA em 1º de agosto de 2012, pelo critério de merecimento, e empossado no mesmo dia. A posse solene ocorreu em 15 de agosto, oportunidade em que foi diplomado e homenageado com a Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Antônio Rodrigues Velloso.

Natural de Urbano Santos (MA), formou-se em Direito pela UFMA em julho 1982, pós-graduado em Direito Penal e Processual Penal pela Universidade Cândido Mendes (Unicam/2002). Foi advogado nos anos de 1982/83. Aprovado em concurso público para promotor de justiça, exerceu o cargo de agosto de 1983 a novembro de 1986, ano em que passou no concurso para juiz de direito. Ingressou na magistratura em 1º de dezembro de 1986, como juiz titular da comarca de Coelho Neto. Foi promovido, por antiguidade, para as comarcas de Brejo, em 1989; Chapadinha, em 1990; e São Luís, como juiz auxiliar, em 1995. Sempre residiu nas comarcas onde atuou e se destacou pela proximidade com as comunidades dos locais por onde passou.

Exerceu, na capital, os cargos de juiz do 1º Juizado Especial das Relações de Consumo, integrante da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais e juiz da Central de Inquéritos. Foi titularizado no ano de 2000, na 9ª Vara Criminal, atual 4ª Vara do Tribunal do Júri Popular. Foi juiz corregedor em 1996; diretor do Fórum Desembargador Sarney Costa (São Luís) nos anos de 2006, 2007 e 2011. Integrou o TRE-MA como juiz membro no biênio 2009-2011. Professor da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam) desde 1995, onde leciona as disciplinas Direito Processual Penal, Direito Penal e Direito do Consumidor.